

A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO ESCOLA, FAMÍLIA E COMUNIDADE

THE IMPORTANCE OF THE RELATIONSHIP BETWEEN SCHOOL, FAMILY AND COMMUNITY

Geraldina Vicente Sol*
Nelson Pereira de Sá**
Valdivina Alves Ferreira***

RESUMO

Este artigo apresenta uma pesquisa sobre a importância da relação escola, família e comunidade. Procurou analisar o papel da família como formadora do ser humano por meio da educação. A reflexão sobre o engajamento da família e da comunidade na escola e no seu processo educacional é o objetivo principal desta pesquisa descritiva. O estudo de natureza qualitativa tem início no pensamento fenomenológico da educação e da família como elementos impulsionadores do desenvolvimento social. A fundamentação teórica, obtida pela revisão de literatura é atribuída a um conjunto de autores de áreas correlatas à educação. Foram observadas, por meio de estudo de caso em escola de uma comunidade carente, iniciativas de integração escola, família e comunidade. O estudo pretende motivar outras discussões sobre a relação da escola, família e comunidade em benefício do aluno, proporcionando-lhe uma educação de qualidade para a cidadania e a paz.

Palavras-chave: Relação. Escola. Família.

ABSTRACT

This article presents a research on the importance of the relationship school, family, and community. It analyzes the role of the family as what forms the human being through education. The main objective for this descriptive research is to reflect on family and community engagement on school and its educational process. This qualitative study starts with the phenomenological thinking on education and the family as an element that pushes social development. The theoretical foundation was obtained by the revision of literature, and is attributed to a body of authors of correlated areas. By doing case study of a school in an underdeveloped community, we observed attempts of integration between school, family, and community. This study intends to motivate other discussions about the relationship between school, family, and community, as beneficial to the students, providing them quality education towards citizenship and peace.

Keywords: Relationship. School. Family.

*Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília (UCB). Professora de escola pública. E-mail: solgeraldina@gmail.com

**Psicólogo, Mestre em Educação/UFAM, Professor da/UFRJ, cedido à UnB. Doutorando em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). E-mail: nelsonpsa@yahoo.com.br

***Doutora em Educação, PUC-Goiás; Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado – Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília/DF. E-mail: valdivina5784@hotmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4825111570999096>

INTRODUÇÃO

Na sociedade atual, com o ingresso dos pais em extensas jornadas de trabalho, a educação dos filhos geralmente fica relegada a segundo plano, com características de desamparo afetivo e de falta de acompanhamento das atividades escolares, levando a resultados de aprendizagem insatisfatórios e a problemas disciplinares. Esses aspectos nos despertam a necessidade da reflexão sobre o relacionamento da família e da comunidade com a escola, objetivando o melhor desempenho dos alunos no processo educacional e na sua própria vida individual e coletiva.

A educação é tema de destaque em relevantes discussões sobre o desenvolvimento social, com justificada relação, pois é um dos princípios básicos para o progresso da humanidade, nas várias esferas cultural, econômica, científica, política e tecnológica. Dessa forma, se constitui num dos direitos fundamentais, preconizados pela Organização das Nações Unidas e assegurado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), que no seu Artigo 205, outorga ao Estado e à família esse dever essencial.

A Constituição Federal manifesta o valor da família no processo de formação do ser humano para a vida em sociedade, na qual deverá atuar de forma responsável e colaborativa, tendo como referência o preceito da cidadania. O exame da significativa participação da família e da comunidade na escola é a principal finalidade desta pesquisa que, de acordo com esse propósito a ser alcançado, é classificada como descritiva, pois, “objetiva escrever as características de um objeto de estudo. Dentre esse tipo de pesquisa estão as que atualizam as características de um grupo social, nível de atendimento do sistema educacional [...]” (GONSALVES, 2001, p. 65).

A realização desse percurso de conhecimento é justificada pela premissa de que o bom resultado do desempenho escolar da criança e do adolescente está intrinsecamente relacionado à participação efetiva da família e da comunidade no processo pedagógico da escola. Deste modo, na busca de informações que possam consolidar essa hipótese, a pesquisa, segundo a natureza dos dados, é de abordagem qualitativa, que “é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados [...]” (MARTINS, 2004, p. 289). Pretende-se, portanto, por meio da averiguação dessas atuações sociais no ambiente escolar, responder ao questionamento: “Como é a relação da escola com a família e a comunidade?”

PERCURSO METODOLÓGICO

A investigação desse processo colaborativo entre escola, família e comunidade ocorreu de forma mais intensa no segundo semestre de 2020, período escolar fortemente marcado pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19), fato que provocou a interrupção das aulas presenciais, que foram substituídas pelo ensino remoto. Vale ressaltar nesse aspecto, a importante contribuição das entrevistas semiestruturadas com professores e gestão do estabelecimento de ensino, que possibilitaram informações fundamentais para a pesquisa, especialmente acerca do engajamento da família e da comunidade no processo educativo da escola, na fase que antecedeu e durante a pandemia da COVID-19.

Procurando compreender e descrever reflexivamente esse diálogo entre a comunidade escolar, deliberou-se pela pesquisa descritiva, pois permite, conforme já mencionado por Gonsalves (2001), a descrição das características do objeto de estudo, aqui identificado como a relação escola-família-comunidade. Esta abordagem de natureza qualitativa, utilizou como principais procedimentos

de coleta de dados a revisão bibliográfica, na primeira fase, para o aprofundamento da temática. Em seguida, procedeu-se ao estudo de caso, entendido como “tipo de pesquisa que privilegia um caso particular, uma unidade significativa, considerada suficiente para análise de um fenômeno” (GONSALVES, 2001, p. 67). Nesse sentido, foi selecionada uma escola cuja análise pudesse oferecer maior riqueza de informações, levando-se em consideração aspectos socioeconômicos, localização geográfica, existência de várias modalidades de ensino, grande número de alunos matriculados, atuação dos gestores e docentes.

O exame do fenômeno das importantes relações com a escola, ocorreu numa instituição escolar **pública**, localizada na comunidade carente do município de Águas Lindas de Goiás, distante cerca de 51 km da capital federal, Brasília. Além da precária condição socioeconômica e numerosa população, mereceu destaque como critério de inclusão para o estudo, o fato de a Escola Estadual atuar nos turnos matutino, vespertino e noturno, oferecendo ensino fundamental - anos finais, ensino médio, as modalidades de educação de jovens e adultos, além da educação especial e inclusiva previstas em Lei. Essa abrangência educacional permite uma ampla percepção das especificidades da interação escola-família-comunidade nos diferentes tipos de ensino. Optou-se por esse tipo de análise de caso, pois, “ao realizar um exame minucioso de uma experiência, objetiva colaborar na tomada de decisões sobre o problema estudado, indicando as possibilidades para sua modificação” (GONSALVES, 2001, p.67). Em concordância com a autora, as informações obtidas por meio desse estudo de caso podem contribuir com novas reflexões sobre a necessidade do maior envolvimento da família com a escola.

A discussão da temática deste artigo é desenvolvida em cinco tópicos de reflexão, além desta introdução e das considerações finais: “A importância da participação da família e da comunidade no processo educacional”; “A parceria da escola, alunos, família e comunidade na elaboração do projeto político- pedagógico”; “Atendimento integrado escola-família: facilitando a solução dos problemas de aprendizagem”; “A relação escola-família-comunidade: o sucesso da escolarização”; “Análise de resultados: retratos da participação da família e da comunidade em um contexto escolar”.

Apoia-se na legislação federal, especialmente, na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (BRASIL, 1996) e no Plano Nacional de Educação - (PNE), que foi aprovado pela Lei nº 13.005 (BRASIL, 2014). Em nível internacional, este debate é embasado por textos de conferências mundiais promovidas pela UNESCO e seus respectivos relatórios e declarações.

A fundamentação teórica contou, também, com o aporte de autores da metodologia de pesquisa científica, educação, filosofia, história, psicologia e sociologia, como: Gonsalves (2001) e Martins (2004); Ariès (1986); Buber (2009); Cambi (1999); Freire (1996); Gadotti e Romão (1998b); Gadotti (1998a, 1998b, 2014); Libâneo (2006); Manacorda (1992); Souza e Viégas (2012); Veiga (1998). Contribuíram para a revisão de literatura com muita propriedade e estão relacionados nas referências. Importante se faz ressaltar, a correlação entre as áreas de conhecimento dos estudiosos destacados nesta pesquisa.

O estudo é iniciado com um enfoque histórico-fenomenológico e a fundamentação legal da educação como elemento propulsor do desenvolvimento humano individual e coletivo. Analisa, em complemento, a importância da participação da família e da comunidade no processo educacional e na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola com a contribuição do aluno nessa representativa tarefa.

Prosseguindo a caminhada reflexiva, o texto discute sobre os obstáculos da aprendizagem com a necessária integração entre a escola e a família para superar os problemas inerentes ao processo

educacional. Os resultados dessa intervenção conjunta e positiva poderão ser percebidos na melhoria do desempenho escolar e pessoal do educando, refletindo o esforço da coletividade para o bem maior da educação. Essa grandiosa missão de educar, é também, retratada na última parte do estudo que analisa os resultados da pesquisa realizada através de entrevistas semiestruturadas a gestores e professores de uma instituição escolar localizada em uma comunidade pouco favorecida.

Em acréscimo, pretende-se que este trabalho possa contribuir para estudos futuros sobre a função da família e da comunidade no processo de ensino e aprendizagem, com o objetivo da formação integral do educando para a o exercício da cidadania e, desse modo, para uma sociedade de justiça e fraternidade.

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE NO PROCESSO EDUCACIONAL

Iniciando esse debate, trazemos à tona a importância da família e da comunidade, como fundamentais agentes de influência no sucesso educacional. Devido à função afetiva e de orientação, a família marca a história de vida do ser humano, assim como a sua história educacional, pois ao chegar à escola, o educando traz consigo um conjunto de experiências vivenciadas, geralmente na família e na comunidade, que vão interagir com um dos princípios básicos para o seu desenvolvimento, que é a educação.

A educação é um instrumento de formação do ser humano, pertencente a uma sociedade que está em processo de contínua transformação. Nesse sentido, tornou-se foco de aprofundados estudos e discussões nas várias esferas da organização social, política e econômica dos Estados democráticos, conquistando uma dimensão global, a exemplo da Declaração de Incheon - Rumo a 2030: uma nova visão para a educação:

Nossa visão é transformar vidas por meio da educação ao reconhecer seu importante papel como principal impulsionador para o desenvolvimento e para o alcance de outros ODS propostos. Comprometemo-nos, em caráter de urgência, com uma agenda de educação única e renovada, que seja holística, ousada e ambiciosa, que não deixe ninguém para trás. (UNESCO, 2015, p.7)

Observa-se neste relato de intenções, o papel da educação devendo ser promovida com qualidade e abrangência para todos os membros da comunidade, sem quaisquer distinções socioeconômicas ou de necessidades especiais que demandem a inclusão. Essa abordagem dos desafios globais e nacionais de uma concepção humanista de educação e desenvolvimento está alicerçada, segundo a referida Declaração, “nos direitos humanos e na dignidade; na justiça social; na inclusão; na proteção; na diversidade cultural, linguística e étnica; e, na responsabilidade e na prestação de contas compartilhadas” (UNESCO, 2015, p.7).

Essa visão humanista da educação já havia sido preconizada por alguns teóricos que enfatizam a necessidade de uma escola que desenvolva um processo educativo amparado no incentivo, na afetividade e no respeito ao educando, porque, conforme ilustra Freire:

E porque lido com gente, não posso, por mais que, inclusive me dê prazer entregar-me à reflexão teórica e crítica em torno da própria prática docente e discente, recusar a minha atenção dedicada e amorosa à problemática mais pessoal deste ou daquele aluno ou aluna; [...] não posso fechar-me a seu sofrimento ou à sua inquietação porque não sou terapeuta ou assistente social (FREIRE, 1996, p.74).

Através dessa postura de compreensão e acolhimento, o ambiente escolar deve se constituir na extensão do amor, carinho e segurança proporcionados pela família, sendo que em inúmeras situações a escola é o único refúgio de afeto e equilíbrio encontrado pelo aluno. Nesse contexto, há que se destacar que um número significativo de crianças e adolescentes recebem na escola as únicas porções de alimentos do seu dia a dia. E é nesse sentido que a Declaração de Incheon ratifica:

Reafirmamos que a educação é um bem público, um direito humano fundamental e a base que garante a efetivação de outros direitos. Ela é essencial para a paz, a tolerância, a realização humana e o desenvolvimento sustentável. Reconhecemos a educação como elemento-chave para atingirmos o pleno emprego e a erradicação da pobreza. Concentraremos nossos esforços no acesso, na equidade e na inclusão, bem como na qualidade e nos resultados da aprendizagem, no contexto de uma abordagem de educação ao longo da vida (UNESCO, 2015, p.7).

Notoriamente, vemos a essencialidade da educação como propulsora do desenvolvimento integral do ser humano que, como indica Freire (1996, p. 26) ainda se encontra “inacabado” e, tendo consciência dessa sua condição, percorre o caminho da busca do seu aperfeiçoamento, principalmente por meio do processo educacional que requer, de todos os sujeitos, incansável engajamento e responsabilidade social. Alinhada a esse compromisso, a Constituição Federal (1988) estabelece:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1998, p. 123).

Importante se faz ressaltar que a ação educativa também pode preparar o discente para a vida comunitária com a prática constante da solidariedade, promovendo bem-estar para ambas as partes. Nessa concepção, do Relatório feito por Jacques Delors, nos propõe os “quatro pilares da educação ou do conhecimento ao longo da vida: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos e aprender a ser” (UNESCO, 1996, p.85). Tem-se por meio desses quatro preceitos, uma percepção de integralidade na prática educativa que trará benefícios para o sujeito aprendente e sua coletividade.

Apesar do caráter essencial da educação, milhões de crianças em todo o mundo não são contempladas com o direito fundamental da educação básica, caracterizada no Relatório Delors (p. 125) como um “passaporte para a vida”, pois oferece a oportunidade de escolha do caminho a seguir na construção do seu futuro e da comunidade a que pertence, reduzindo, dessa forma, as desigualdades sociais. E inserida nesse contexto global de disparidades, buscando vivenciar um presente e um futuro de equilíbrio social, está a família.

A família, como uma das mais antigas e importantes instituições sociais, tem um papel fundamental na formação plena do cidadão, pois, respeitadas as exceções, é o primeiro grupo do qual o indivíduo faz parte e de onde são recebidas as orientações e princípios básicos de sobrevivência, de desenvolvimento pessoal e de convívio harmônico entre seus pares e com o mundo a sua volta, sendo que para o filósofo Buber (2009, p. 60) “o homem se torna Eu na relação com o Tu”. É na construção de elos, na interação com os seus semelhantes que elabora a si mesmo.

Para falar da importância da participação da família na escola do século XXI, faz-se necessário recorrer à própria história da educação, pois, segundo o pedagogo Cambi (1999, p. 31) “a história é o exercício da memória realizado para compreender o presente e para nele ler as possibilidades do futuro, mesmo que seja de um futuro a construir, a escolher, a tornar possível”. Nesse sentido, ao voltarmos nossos olhos para a função educativa no percurso da evolução social da humanidade,

avistaremos que nos primórdios dessa civilização, cabia basicamente à família a instrução e a educação de seus filhos.

Posteriormente, de acordo com Manacorda (1992, p. 9) “do Egito é que nos chegaram os testemunhos mais antigos e talvez mais ricos sobre todos os aspectos da civilização e, em particular, sobre a educação”. Observa-se, nessa sociedade, a marcante influência da família na perpetuação dos seus valores que eram transmitidos de uma geração a outra com rigor.

O historiador Manacorda descreve como era desenvolvida essa relação:

Estes são sempre em forma de conselhos dirigidos do pai para o filho e do mestre escriba para o discípulo (neste caso o termo “filho” será usado, de qualquer forma, para indicar o “discípulo” seja este filho carnal ou não), e insistem na ininterrupta continuidade da transmissão educativa de geração em geração. A imutabilidade e a autoridade dos adultos são as características fundamentais dessa educação (MANACORDA, 1992, p. 11).

O processo educativo nesse grupo social da Antiguidade tem um enfoque voltado para a formação integral do aprendiz que é visto como membro constitutivo da família do mestre educador, mesmo não havendo entre eles laços consanguíneos. Com semelhante fundamento da família, na educação da Grécia e de Roma “os pais em primeiro lugar são os artífices de seus filhos, aqueles que lhes dão as bases” (MOST apud MANACORDA, 1992, p.73). Essa primazia familiar na função educativa reforça a relevância do seu papel na promoção de uma aprendizagem para a harmônica vida coletiva.

Entretanto, no período histórico seguinte houve um enfraquecimento da instituição familiar com reflexos na educação. Segundo o historiador Ariès (1986, p. 223) “seria vão contestar a existência de uma vida familiar na Idade Média”, não sendo atribuído o devido valor à família. A criança não recebia o tratamento adequado à sua condição de pouca idade, pois ainda, conforme Ariès (1986, p.156), “na sociedade medieval [...], o sentimento da infância não existia. [...] assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes”. Deste modo, mesmo havendo afeição pelas crianças, faltava a consciência social das especificidades que caracterizam o universo infantil, tornando-as diferentes dos adultos.

Na fase Contemporânea, reconhecendo a imprescindibilidade da família na formação cidadã do indivíduo, contudo, não eximindo o dever do Estado, a Constituição Federal (1988), preconiza:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p. 132).

Depreendem-se dessa afirmação constitucional os princípios básicos de sobrevivência e evolução do ser humano, que devem ser proporcionados pela tríade família-sociedade-Estado, sendo que, desse conjunto, a relação escola-família-comunidade se destaca na garantia do direito à educação de excelência ao educando. É dessa comprometida interrelação que depende o êxito da ação pedagógica na sua plenitude com reflexos positivos para a grande coletividade de um país.

A PARCERIA DA ESCOLA, ALUNOS, FAMÍLIA E COMUNIDADE NA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, nos seus artigos 12 e 13, instituiu como uma das atribuições dos estabelecimentos de ensino, a elaboração e a execução da sua proposta pedagógica. Ainda segundo esta Lei, esse planejamento contará com a participação dos professores que deverão elaborar e cumprir o plano de ação de acordo com a proposta que foi construída, zelando pela aprendizagem dos alunos (BRASIL, 1996).

Na análise dessa importante atribuição de planejamento, Veiga (1998, p.1), comenta que a construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma escola “vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas”. Esse documento se reveste de valor político, na medida em que são ações percorridas por um colegiado, num contexto social do presente, com vistas também, à transformação gradual dessa realidade por meio de educandos-cidadãos cômicos de sua responsabilidade em promover a justiça e o bem coletivo.

Nessa perspectiva, a autora Veiga afirma:

[...] todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (VEIGA, 1998, p.2).

E o tipo de sociedade a ser promovida a partir da escola é aquela guiada pelos princípios da democracia e da equidade em benefício de todos. A participação dos vários segmentos da comunidade escolar na elaboração do projeto político-pedagógico está assegurada na Constituição Federal (BRASIL, 1988), no seu art. 206, inciso VI, que preconiza o ensino público ministrado no princípio da gestão democrática, sendo seguida pela LDBEN (BRASIL, 1996), que delega aos sistemas de ensino a definição das normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, observadas suas peculiaridades e com a ação em primeira instância dos profissionais da educação. Essa prerrogativa ainda ganha reforços no Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei Nº 13.005 (BRASIL, 2014, p. 1) e que no seu artigo VI confirma a “promoção do princípio da gestão democrática da educação pública”.

Os princípios constituintes da gestão democrática, como a autonomia, a cidadania e a participação, norteiam a elaboração do projeto político-pedagógico da escola que está inserida num contexto, conforme descreve Gadotti (1998a, p.15), de “[...] sociedade pós-moderna e pós-industrial, caracterizada pela globalização da economia, das comunicações, da educação e da cultura, pelo pluralismo político, pela emergência do poder local”. Continuando nessa abordagem, o mesmo autor Gadotti (1998a, p.17) sugere que existem pelo menos duas razões que justificam a implantação de um processo de gestão democrática na escola pública: 1ª) A escola deve formar para a cidadania e, para isso, ela deve dar o exemplo. 2ª) A gestão democrática pode melhorar o que é específico da escola, isto é, o seu ensino.

Avistamos nessa justificativa, a ênfase atribuída à formação do educando pela escola para atuar no meio social com consciência do seu papel e em atitude colaborativa, caracterizada pelo exercício da cidadania. De modo semelhante, percebemos a relevância da gestão participativa na escola proporcionando maior aproximação entre os docentes e os alunos o que contribuirá para o ensino de qualidade.

Continuando nas reflexões de Gadotti (2014, p.1), vemos que “não há qualidade na educação sem a participação da sociedade na escola”. Desse modo, a gestão democrática contribui para a promoção da aprendizagem e a finalidade emancipadora da educação permitirá a construção de uma “sociedade livre, justa e solidária” (GADOTTI, 2014, p. 1). Essa meta a ser alcançada, revela a importância da atuação da família e da comunidade no planejamento, no apoio e na supervisão do processo pedagógico, tornando a educação uma responsabilidade de todos. E essa participação pode ser iniciada por meio da elaboração conjunta do seu projeto político-pedagógico, assim denominado, pois, segundo Gadotti (1998a, p.16) “Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político”.

Com base na obra “Construindo a Escola Cidadã: Projeto Político-Pedagógico” do Ministério da Educação (MEC), este é um planejamento que norteia todas as atividades didático-pedagógicas, sendo a vida da escola e uma prática que cabe a ela mesma executar com vistas à educação de qualidade. Este mesmo documento do Ministério da Educação ratifica: “construí-lo significa ver e assumir a educação como processo de ensino-aprendizagem, inserida no mundo da vida, de formação de convicções, de afetos, de motivações, de significações, de valores e de desejos” (BRASIL, 1998 p.11). Constata-se, dessa forma, que o ambiente escolar tem funções que transcendem o ensino das letras e da matemática, formando também as competências socioafetivas que são imprescindíveis para o desenvolvimento integral do educando que precisa ser incluído no processo de planejamento do projeto político-pedagógico de sua escola.

O autor Gadotti, destaca a importância de o aluno participar nas decisões que são tomadas com o objetivo de construir o projeto da escola, ele comenta:

O aluno aprende apenas quando se torna sujeito da sua aprendizagem. E para ele se tornar sujeito da sua aprendizagem precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto da escola, que faz parte também do projeto de sua vida. Passamos muito tempo na escola para sermos meros clientes dela. Não há educação e aprendizagem sem sujeito da educação e da aprendizagem. A participação pertence à própria natureza do ato pedagógico. (GADOTTI, 1998a, p. 17).

A necessidade de maior participação do aluno no planejamento e nas deliberações, da sua escola, é cada vez mais difundida nas discussões sobre a educação democrática, enquanto instrumento para a formação da cidadania. A elaboração do Projeto Político-Pedagógico requer de todos os que se propõem a planejá-lo, um aprofundado debate sobre o seu caráter de imprescindibilidade, para a escola e para a sociedade na qual está inserida, pois o desempenho do aluno na sua comunidade será um reflexo dos ensinamentos, das orientações, valores e estímulos recebidos durante seu processo de formação educacional.

ATENDIMENTO INTEGRADO ESCOLA E FAMÍLIA: FACILITANDO A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM

Um dos desafios no processo de aprendizagem na escola é quando o aluno apresenta dificuldade de aprender algum conteúdo que é ministrado pelo professor. Esse fato requer do educador habilidades específicas e serenidade para agir perante a situação de forma sábia, colocando-se no lugar do aluno, pois, é muito preocupante quando o professor, por ter dificuldades em lidar com os obstáculos da aprendizagem, passa a tratar com aspereza, o discente que não está conseguindo assimilar os conteúdos. Isso acontece devido à desinformação sobre o problema que o estudante

está manifestando, sendo necessário que o docente esteja atento e compreensivo às dificuldades do educando para saber atuar diante das adversidades tão corriqueiras no contexto escolar.

As ocorrências de alunos com transtornos de aprendizagem são muito comuns na sala de aula. E a falta de preparo da escola ou do professor e, muitas vezes, o desconhecimento por parte da família, a ausência do Poder Público, das Secretarias de Educação, em tratar adequadamente esses desafios, podem levar as escolas a manifestar problemas de relacionamento entre o professor, o aluno e a família. O papel da família nessas situações escolares é importante, para contribuir com a escola na identificação do que está acontecendo com o educando, trazendo mais informação a respeito da origem da sua dificuldade ou de seu problema de aprendizagem. Certamente, os familiares podem colaborar com a escola na definição de estratégias para melhorar o desempenho escolar do aluno.

A ausência de uma sincronia nessas esferas sociais pode acarretar prejuízos profundos à formação de uma criança, podendo demonstrar uma desqualificação da escola, a inabilidade do professor e da família, bem como a omissão do Estado no seu importante dever da educação.

Diante desta problemática, temos que ressaltar o Poder Público, representado por aqueles que fazem as leis e a gestão dos recursos públicos da educação. É arbitrário atribuir a responsabilidade da baixa qualidade da educação aos professores, que não foram devidamente preparados para lidar com a situação de transtornos de aprendizagem, que não têm a formação adequada e que não receberam os conhecimentos necessários para essa relevante atuação. Igualmente injusto seria responsabilizar os alunos que recebem uma série de rótulos por não aprenderem. Do mesmo modo, não podemos colocar o foco apenas na família, como se o contexto familiar fosse o único instrumento para resolver esse aspecto do baixo rendimento do aprendizado estudantil. Nem tampouco, podemos direcioná-lo exclusivamente à escola e argumentar que as instituições de ensino estão despreparadas, com uma pedagogia antiquada ou com uma equipe de gestores descomprometidos.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), nos art. 205 e 206, mostra que a educação é dever do Estado, isto quer dizer que os poderes públicos têm importante responsabilidade por tudo que está acontecendo na escola. Afirma, ainda, que o processo educacional também é dever da família, estabelecendo, desse modo, a parceria no compromisso da aprendizagem do educando. Portanto, o Estado e a família são os primeiros agentes da garantia de que o aluno receba um ensino com igualdade de condições, com liberdade para aprender e obtendo informações com base no pluralismo de ideias. Observa-se dessa forma, o papel fundamental do Estado na promoção de um ensino de qualidade para todos e da família em supervisionar e interagir no processo educativo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996), determina que os sistemas de ensino devem conhecer também as necessidades específicas dos alunos com necessidades educacionais especiais. Se focarmos nos educandos com deficiência, essa ideia se encaixa relativamente bem, mas se focarmos nos considerados normais que apresentam problemas de aprendizagem, haverá ainda maior dificuldade no processo educacional. Assim, o sistema educacional precisa de uma melhor qualificação para dar o devido atendimento os alunos que demonstram transtornos de aprendizagem, pois,

Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos (BRASIL, 1996, p.1).

Percebe-se, portanto, na respectiva Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que a análise dessa demanda educacional é de grande importância para um ensino de qualidade que contemple também, as especificidades do Ensino Especial, com destaque para o aprimoramento das relações, principalmente entre professor-aluno. Pois, segundo as autoras Souza e Viégas:

Analisar relações entre professores e alunos é um dos clássicos temas da Psicologia na sua interface com a Educação. Desde que a Psicologia foi introduzida como uma das áreas de conhecimento para compreender o processo pedagógico, relações estabelecidas em sala de aula passaram a povoar o universo da pesquisa educacional brasileira (SOUZA; VIÉGAS, 2012, p. 379).

As autoras afirmam que diante do desafio de procurar compreender o processo de ensino-aprendizagem no contexto da sala de aula, diversas concepções teóricas foram desenvolvidas, com o objetivo de examinar como ocorre esse processo na relação professor-aluno-família. As relações familiares são, também, um campo de estudo da Psicologia.

As pesquisadoras comentam que na análise dos problemas da relação professor e aluno, o foco esteve durante muito tempo sobre o educando, pois, “buscou-se reiteradamente nele e somente nele as causas do não aprender, das dificuldades de comportamento e de não adaptação à escola” (SOUZA; VIÉGAS 2012, p. 380). Porém, as autoras relatam que isto mudou no cenário brasileiro a partir dos anos 1980, quando começaram as críticas ao caminho que a Psicologia estava seguindo. Nesta época, as contribuições da Antropologia, as perspectivas Etnográficas, ajudaram a Psicologia a alargar a visão na compreensão social.

Portanto, as autoras concluem que, a partir de então:

Tal perspectiva, de fato, mostrou-se instrumento privilegiado de aproximação da realidade escolar, por envolver, substancialmente, a convivência alargada com professores, estudantes e gestores escolares, por meio do qual se fortalecem vínculos de confiança que possibilitam ampliar sentimentos e significados atribuídos ao processo de escolarização por aqueles que constituem e estruturam no interior da escola (SOUZA; VIÉGAS, 2012, p. 380-381).

Reitera-se com essa afirmação, a relevância do aperfeiçoamento das relações entre toda a comunidade escolar, aspecto que resultará em benefícios ao desempenho do processo de ensino e aprendizagem.

A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA-COMUNIDADE: O SUCESSO DA ESCOLARIZAÇÃO

A relação escola-família-comunidade é essencial para o sucesso escolar do estudante, pois essas três importantes áreas podem proporcionar a conexão necessária para um desenvolvimento escolar produtivo. Nesse positivo sentimento para com a aprendizagem, a escola pode promover condições de igualdade e de oportunidades, para que os estudantes se sintam protegidos, aceitos e livres para aprender em uma atmosfera de confiança, a partir do respeito pelo aluno e para com a sua história individual.

Pensar as relações dentro e fora da escola requer mergulhar nas práticas socioculturais, porque se torna inconsistente pensar em uma escola isolada do mundo que a cerca, pois o ser humano é um ser social, que convive além da escola, com a família e com a sociedade. Um ensino proveitoso, dinâmico, renovador, inspirador precisa atentar para as dimensões que estão vinculadas à escola, pois o estudante que hoje está aprendendo na escola, brevemente oferecerá retorno para a sociedade, sendo útil nas soluções de desafios sociais, políticos, econômicos, familiares, profissionais etc.

Acompanhando o pensamento do autor Libâneo,

A interconexão entre fatores externos e internos ou entre o que acontece fora e dentro da escola no que se refere ao processo ensino-aprendizagem tem estado bastante presente na investigação educacional. A escola é vista como uma instituição social e, como tal, se constitui na dinâmica das relações sociais, sendo impossível compreendê-la desarticulada de seus determinantes sociais, políticos, econômicos, culturais, bem como do papel que exerce na formação e inserção social dos sujeitos que a frequentam (LIBÂNEO, 2012, p. 333).

Os professores precisam construir seus conteúdos, trabalhando o que existe dentro e fora da escola, para não ajudarem a formar pessoas descontextualizadas, não sabendo o porquê de estarem na escola, despreparadas para o mundo do trabalho. Para isto, os docentes precisam ser pesquisadores do que está acontecendo no mundo. Têm que estar atentos aos movimentos sociais e políticos, mas principalmente, contextualizar, com seus alunos, o que está acontecendo nas diferentes realidades próximas, mas também nas circunstâncias planetárias.

É necessário adentrar no universo familiar do discente, se necessário. Posicionando-se no lugar do aluno, o professor poderá desenvolver estratégias pedagógicas, orientar a família em como colaborar com o estudante nos estudos, podendo promover a inclusão do aluno no contexto escolar e no contexto social.

Segundo o que comenta Libâneo:

Em alguns estudos sobre a escola, o processo ensino-aprendizagem e o trabalho dos professores têm sido vistos nessa dupla abordagem, ou seja, a explicação dos problemas na perspectiva externa e interna, já que efetivamente o desempenho escolar positivo ou negativo dos alunos é afetado tanto pelo contexto social global da sociedade e o entorno social mais próximo, quanto pela atuação dos fatores intraescolares (LIBÂNEO, 2012, p. 333).

Neste momento precisamos caracterizar o que seria o lado de “fora” da escola. Poderíamos focar o contexto em que a escola foi desenvolvida naquele bairro, naquela cidade, naquela cultura, mas, podemos ampliar esta definição trazendo o autor Libâneo, que define da seguinte forma:

Podemos dizer que o “fora” refere-se ao que costuma chamar “contexto” em que está situada a escola, identificando geralmente por elementos ideológicos, sociais, políticos, econômicos, culturais, geográficos etc. que repercutem, de alguma forma, na vida das escolas e das salas de aula, afetando os objetivos, o Currículo, as metodologias e procedimentos de ensino, as formas de organização e gestão. O “dentro” refere-se àquilo que identifica o cotidiano de uma escola, às vezes chamamos de “fatores intraescolares”, que inclui: o edifício escolar e tudo o que compõe, equipamentos, recursos materiais didáticos; a organização escolar e formas de gestão, as relações sociais internas, o clima ou cultura organizacional, as normas e regras de funcionamento; os professores e sua formação, experiência, envolvimento, motivação etc.; o Currículo, as metodologias de ensino, as formas de avaliação; a sala de aula e sua estrutura e organização; os alunos e suas características individuais e socioculturais (LIBÂNEO, 2012, p. 334-335).

Se pensarmos que somos seres que necessitamos nos relacionar com outras pessoas, que dependemos do outro para o nosso desenvolvimento, principalmente na aquisição da linguagem, vamos entender a importância do social e do cultural, para o nosso desenvolvimento. A escola é um espaço importante para esse processo, é na escola que cada pessoa traz consigo a sua cultura, a sua história de vida. É na escola onde várias culturas são apresentadas, sendo, portanto, nesse ambiente onde as culturas se misturam, o que possibilita a construção de um mundo simbólico em cada aluno.

Para Pérez-Gómez, citado por Libâneo que comenta:

O que dá sentido e consequência ao que os alunos aprendem na escola é esse vivo, fluido e complexo cruzamento de culturas: a cultura científica e artística, a cultura acadêmica refletida no currículo escolar, a cultura social constituída pelos valores hegemônicos do cenário social, a cultura institucional presente nas normas, rotinas e ritos próprios da escola como instituição social específica, a cultura experiencial adquirida por cada aluno nos intercâmbios espontâneos experienciados no seu entorno (2012, p. 335).

As culturas interagem no espaço escolar, trazendo um pluralismo de ideias, definindo e condicionando o viver escolar e orientando os processos de ensino, que se manifestam em tudo o que está sendo ensinado no contexto escolar. O mesmo autor diz:

Os ritos, os costumes, as formas de organizar o espaço e o tempo, os consensos não discutidos, as ideias onipresentes, as expectativas não questionadas, os interesses inconfessados, os códigos aprendidos e reproduzidos de forma mecânica, os guias curriculares subentendidos... são todos elementos fundamentais de cada uma das culturas e das redes específicas que se articulam no cruzamento das mesmas, cujo influxo real no intercambio e construção de significados é mais poderoso quanto mais imperceptível (PÉREZ-GÓMEZ *apud* LIBÂNEO, 2012, p. 335).

Interessante observar, diz o autor Libâneo (2012), que no meio dos dirigentes do sistema de ensino, dos políticos, dos pesquisadores, dos educadores, não existe um consenso quanto aos objetivos do sistema escolar e quanto aos objetivos de aprendizagem, pois a escola está situada num contexto espaço-tempo, perpassada por várias forças externas. Também não existe um consenso entre como os fatores externos atuam diretamente no interno do contexto escolar e vice-versa. Ele destaca que esta definição certamente interferiria nas práticas de ensino e em tudo o que está sendo ensinado na escola.

ANÁLISE DE RESULTADOS: RETRATOS DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE EM UM CONTEXTO ESCOLAR

Evidenciando a necessidade da interação escola-família para a educação de qualidade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) no seu Art. 12, atribui aos estabelecimentos de ensino a missão de “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (BRASIL, 1996, p. 5). Desse modo, a escola se mobilizará no sentido de promover a participação efetiva da família e da comunidade no processo educativo de seus integrantes. Na descrição a seguir, observaremos as particularidades de uma interrelação escola-família-comunidade, caracterizada pelo objetivo de garantir ao educando o direito à educação eficaz e com equidade.

Este trabalho analisou os resultados de uma pesquisa realizada por meio de entrevistas semiestruturadas a um grupo de professores e gestores em um Colégio Estadual, localizado no município de Águas Lindas de Goiás. A referida escola está situada numa comunidade de baixa renda, caracterizada pela falta de infraestrutura e de saneamento básico, precariedade das moradias e de serviços públicos. A sobrevivência das famílias é mantida, de modo geral, por empregos formais e informais na capital federal, Brasília, para onde se dirigem no início do dia e somente retornam à noite para suas casas.

A estrutura física da escola é precária e insalubre, pois nos períodos chuvosos as instalações como pátio e salas de aula costumam ficar alagadas, sendo um dos desafios desta comunidade escolar. Conta com dez salas de aula e o total aproximado de 1400 alunos do ensino fundamental - anos finais e do ensino médio, no diurno e educação de jovens e adultos, no noturno.

Essas condições inapropriadas do ambiente escolar são aspectos que prejudicam a aprendizagem, pois desmotivam o aluno. A Lei Nº 13.005, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), enfatiza que:

Há ainda a necessidade de que os estados e municípios projetem a ampliação e a reestruturação de suas escolas na perspectiva da educação integral, e, nesse contexto, é estratégico considerar a articulação da escola com os diferentes equipamentos públicos, espaços educativos, culturais e esportivos, revitalizando os projetos pedagógicos das escolas nessa direção (BRASIL, 2014, p.11).

Percebe-se que o Plano Nacional de Educação (2014-2024), confirma ser indispensável oferecer ao educando um ambiente escolar amplo, variado, seguro e harmônico para a realização das diversas atividades de uma aprendizagem na sua integralidade.

Uma das primeiras iniciativas de intervenção propositiva da comunidade na escola, foi a construção de duas salas de aula, sendo que mais duas foram construídas posteriormente. A ampliação do número de salas foi em decorrência da superlotação das turmas que abrigavam em média 60 alunos, cada uma, inviabilizando um ensino de qualidade.

Vale comentar que a equipe gestora atuou na reelaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola, visto que o projeto existente foi elaborado para outra instituição e não correspondia às especificidades daquele grupo escolar. Conforme o autor Gadotti (1998a, p. 16), “o projeto pedagógico da escola está hoje inserido num cenário marcado pela diversidade. Cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Não existem duas escolas iguais”.

Devido às peculiaridades do contexto cultural, socioeconômico e de deficiência na estrutura física, a escola necessitava de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) próprio, adequado às dificuldades de toda ordem que precisaria enfrentar, com a substancial colaboração da família e da comunidade.

A participação dos alunos, família e comunidade na elaboração do Projeto Político-Pedagógico é fato recente. A fase inicial dessa elaboração concentrou-se nas reuniões da gestão, coordenação pedagógica e professores, analisando as expectativas de todos. Contudo, na fase posterior, toda comunidade foi convidada para essa importante ação de planejamento. Um dos resultados positivos dessa decisão conjunta foi à implementação do conselho de classe participativo. Dessa forma, os anseios dos alunos, dos professores e da comunidade passaram a ser compartilhados com o intuito de encontrar soluções para as dificuldades do processo educacional.

Conforme os autores Gadotti e Romão:

O conselho de escola é o órgão mais importante de uma escola autônoma, base da democratização da gestão escolar. Mas para que os conselhos de escola sejam implantados de maneira eficaz é necessário que a participação popular, dentro e fora da escola, se constitua numa estratégia explícita da administração (GADOTTI; ROMÃO, 1998b, p.27-28).

Foi também, consensualmente elaborado, o Regimento Escolar que estabeleceu a limitação de trinta e cinco estudantes por sala de aula, aspecto que favorece a aprendizagem. Os grupos de representantes que integram os conselhos escolares têm papel relevante na melhoria da qualidade da educação nos estabelecimentos de ensino dos quais fazem parte, atuando eficazmente na solução dos problemas que dificultam o processo educacional.

Percorrendo o questionamento sobre como tem sido a participação da família na escola, o relato dos entrevistados, é de que existe uma considerável ausência familiar. Entretanto, quando essa

presença ocorre, nota-se a dedicação do esforço conjunto. O exemplo dessa prática foi o engajamento dos pais na construção de mais duas salas de aula, empenhando sua mão de obra e o recurso material. Para tarefas específicas de reforma, como a ocorrida substituição do telhado, alguns pais tiveram atuação efetiva, mesmo que os filhos já tenham concluído os estudos e não mais frequentem a respectiva escola.

Essas ações voluntárias da comunidade na escola estão em consonância com o Artigo 12 da LDBEN (BRASIL, 1996) que sugere aos estabelecimentos de ensino formar vínculos com as famílias e a comunidade, integrando a sociedade à escola. Merece destaque adicional dessa interação comunidade-escola, o fato de que vários pais ou responsáveis são também alunos da escola na Educação de Jovens e Adultos no período noturno, tendo um conhecimento real dos problemas e carências do cotidiano escolar.

A comunidade também é convidada a integrar a escola por meio dos vários eventos comemorativos de datas simbólicas da instituição ou da sociedade. Outro mecanismo de envolvimento social é a realização de alguns projetos de relevância para a formação do educando. No Projeto das Profissões, a comunidade escolar recebe integrantes de vários segmentos profissionais que dialogam com os alunos e a comunidade sobre as características e particularidades da sua atividade profissional.

Desse modo, o Projeto das Profissões estimula a curiosidade e o interesse do estudante em prosseguir seus estudos com perspectivas futuras de uma profissão em que exerça sua prerrogativa de cidadão colaborador da sociedade.

Contribuindo com esse objetivo, a gestão compartilhada do colégio promove palestras de orientações, incentivando a continuidade da vida acadêmica dos seus discentes após a conclusão das várias etapas de formação dos ensinos fundamental e médio, discorrendo sobre os programas federais de inclusão e acesso à educação superior como o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e o PROUNI (Programa Universidade para Todos), enfatizando ao aluno a possibilidade de ingresso numa universidade pública ou na universidade privada por meio da obtenção de bolsas de estudo.

Com a pandemia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19), a escola disponibilizou aulas remotas utilizando a internet e principalmente o WhatsApp. Ofereceu ainda, cópias de atividades aos alunos, pois muitos estudantes não têm acesso a computadores e à internet. Nesse sentido, a equipe escolar promoveu uma campanha de arrecadação de computadores para doá-los aos discentes que não os possuíam, pois esse foi o principal motivo da falta de realização das atividades escolares nesse período.

A escola avisou, pelas ruas da cidade em carro de som, que as atividades deveriam ser buscadas no colégio, mas, o resultado foi inexpressivo durante vários meses, revelando o baixo engajamento familiar na educação. O atendimento aos estudantes teve um acréscimo com a formação de grupos no WhatsApp de cada turma, por onde passaram a ser enviados textos e retiradas as dúvidas dos alunos. Esse recurso já era um estratégico meio de comunicação entre escola, família e comunidade, no período que antecedeu a pandemia.

Outro projeto desenvolvido foi o “Jovem do Futuro” formado por cerca de quinze alunos e alguns responsáveis que atuam positivamente no atendimento das necessidades da escola. O grupo foi de grande auxílio nesse período de aulas remotas, orientando a equipe pedagógica quanto ao uso das tecnologias de ensino. Colaboram também na comunicação com a comunidade sobre as reuniões convocadas pela gestão, que ocorrem bimestralmente e cuja participação das famílias ainda era pouco expressiva, com a justificativa da extensa jornada de trabalho exercida longe de suas casas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como meta a reflexão sobre a participação da família e da comunidade na escola e no seu processo educacional. Essa interrelação é justificada pela constatação da interdependência entre o sucesso do desempenho escolar do estudante e a atuação consciente e responsável das instituições sociais no processo educativo do estabelecimento de ensino. Nesse sentido, a família ocupa um papel primordial na educação do indivíduo, para uma vida plena de cidadania, representada pela postura otimista, solidária e transformadora de sua realidade e do meio no qual está inserido. Pretende-se que os grupos familiar e comunitário aos quais pertence o educando, sejam referências de afetividade, orientações e estímulos positivos para a continuidade de sua jornada em busca do conhecimento - que é uma indispensável ferramenta para o progresso individual e coletivo.

A interrelação escola-família-comunidade precisa ser amplamente incentivada para que a participação ocorra em todo o processo educacional. O início dessa atitude cooperativa e responsável é a elaboração conjunta do Projeto Político-Pedagógico da escola, documento que orientará todas as práticas didático-pedagógicas e sociais de uma escola cidadã e democrática. Através dessa “carta-magna” da instituição, a comunidade escolar encontrará o respaldo legal para suas decisões e atividades.

Outro aspecto relevante da interação família-escola é a sua atuação colaborativa tanto no acompanhamento das atividades dos alunos com necessidades educacionais especiais, quanto nos chamados transtornos de aprendizagem, que também demandam o atendimento de uma equipe especializada e multidisciplinar para a devida assistência.

Somam-se a essa participação da família, um ambiente escolar construtivo e a necessidade de que o desenvolvimento curricular seja contextualizado à realidade social do discente: suas vivências, potencialidades, limitações, desafios, percepções de mundo e, principalmente, do seu histórico familiar. Todos esses fatores interferem positiva ou negativamente na sua aprendizagem, requerendo, portanto, uma adequação dos conteúdos, situando-os mais próximos das experiências e dos interesses do aluno.

Nesse estudo, foram observadas iniciativas implementadas por uma escola com poucos recursos, por meio de projetos e parcerias com instituições públicas e privadas, envolvendo profissionais da comunidade que ministraram palestras na instituição escolar. Destaca-se, também, a campanha de arrecadação de equipamentos de informática e de celulares realizada pelos professores para oferecer aos alunos a oportunidade das aulas remotas nesta época de pandemia, contando com a orientação tecnológica dos alunos do grupo Jovem do Futuro. Merecem igual destaque, as palestras de orientação aos discentes para o ingresso no curso superior e a construção coletiva de salas de aula em benefício dos alunos e do bem maior que é a educação.

Espera-se que esta pesquisa possa promover discussões sobre a relevância da participação comprometida e efetiva de todos na escola: gestores, docentes, alunos, família, comunidade, poder público e sociedade civil, promovendo uma educação de excelência para um mundo de equidade e harmonia.

REFERÊNCIAS

ARIÈS P. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, (Antropologia Social), 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN. MEC/CNE/CEB: Brasília 1996.

BRASIL. Salto para o Futuro: **Construindo a Escola Cidadã**. Projeto político-pedagógico. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998.

BRASIL. **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos: Brasília, 2014.

BUBER, M. **Eu e Tu**. 10. ed. São Paulo: Centauro, 2009.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), (Encyclopaideia), 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. Projeto político-pedagógico da escola cidadã. *In*. Salto para o Futuro: **Construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998a.

GADOTTI, M; ROMÃO, J. E. Escola cidadã: a hora da sociedade. *In*. Salto para o Futuro: **Construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998b.

GADOTTI, M. **Gestão democrática da educação com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional**. 2014. Disponível: http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigo_moacir_gadotti.pdf. Acesso: 27/09/2020

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

LIBÂNEO, J. C. As relações "dentro-fora" na escola ou as interfaces entre práticas socioculturais e ensino. *In*: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, N. (org.). **Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo**. São Paulo: Cortez, 2012.

MANACORDA, M. A. **História da educação: da Antiguidade aos nossos dias**. Tradução de Gaetano Lo Monaco. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

MARTINS, H. H. T. S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. São Paulo: Educação e Pesquisa, v.30, n.2, p. 289-300, 2004.

SOUZA, M. P. R.; VIÉGAS, L. de S. As relações entre professores e alunos em sala de aula: algo mudou, muito permaneceu... *In*: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, N. (org.). **Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo**. São Paulo: Cortez, 2012.

UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1996.

UNESCO. **Educação 2030**. Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4. Coreia do Sul: UNESCO, 2015.

VEIGA, I. P. A.. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998.